

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Processo Seletivo de Estágio - 2024

Nome completo:

Nº do CPF

Assinatura do candidato

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES SEGUINTE:

1. Este CADERNO DE QUESTÕES contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.
2. Confira se a quantidade e a ordem das questões do seu CADERNO DE QUESTÕES estão de acordo com as instruções anteriores. Caso o caderno esteja incompleto, tenha defeito ou apresente qualquer divergência, comunique imediatamente ao aplicador de sala para que ele tome as providências cabíveis. Não serão aceitas reclamações posteriores a aplicação.
3. Para cada uma das questões, serão apresentadas 4 opções. Apenas UMA corresponde corretamente à questão.
4. O tempo disponível para esta prova é 4 horas para responder todas as questões objetivas e preencher o CARTÃO-RESPOSTA.
5. Para preencher o CARTÃO-RESPOSTA, você deve procurar o número da questão que você está respondendo e marcar resposta conforme o exemplo:

(A) ● (C) (D)
6. Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.
7. Faça as marcações de caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul.
8. Ao finalizar a prova, acene para chamar o aplicador e entregue todo material recebido.
9. Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Quando a função administrativa é executada de forma ágil e com um desempenho funcional produtivo, obtendo resultados positivos para o cumprimento das respectivas responsabilidades, de maneira satisfatória para a comunidade, isso representa a aplicação de determinado princípio expresso no Artigo 37, início, da Constituição da República.

Trata-se do princípio da:

- a) eficácia.
- b) eficiência
- c) publicidade
- d) economicidade

2. "O princípio da _____ está sendo aplicado no campo jurídico para garantir que os interesses públicos sejam respeitados de forma justa e sem favoritismos. Isso significa que as autoridades não devem retaliar, agir com motivações políticas ou desrespeitar as pessoas por suas diferenças."

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas do texto.

- a) Impessoalidade.
- b) Eficiência
- c) Autotutela
- d) Motivação

3. A Administração Pública é dotada de uma série de poderes, que são colocados em prática no desempenho de sua atividade. A atuação administrativa de realizar o fechamento compulsório de estabelecimento privado por falta de higiene representa exercício do poder:

- a) Normativo.
- b) De Polícia.
- c) Hierárquico.
- d) Regulamentar.

4. São atributos do ato administrativo, EXCETO:

Alternativas

- a) Imperatividade.
- b) Coercibilidade.
- c) Atipicidade.
- d) Autoexecutoriedade.

5. Analise trecho abaixo:

“A administração pode seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”.

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas do texto.

- a) revogar • anulá-los;
- b) cassar • anulá-los;
- c) revogar • caducá-los;
- d) anular • revogá-los.

DIREITO CONSTITUCIONAL

6. A Constituição da República Federativa do Brasil dispõe, no Art. 5º, que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Qual fundamento constitucional sustenta a seguinte afirmação: “III – ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante”?

- a) Dignidade da pessoa humana;
- b) Soberania;
- c) Cidadania;
- d) Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

7. Marque a principal característica da forma de Estado denominada "federação":

- a) Centralização do poder político em um único ente.
- b) Repartição do poder político do Estado entre diversos entes.
- c) Ausência de divisão territorial e administrativa.
- d) Concentração de competências apenas na União.

8. Acerca dos Princípios Fundamentais garantidos pela Constituição Federal, é INCORRETO afirmar que:

- a) É objetivo fundamental da República Federativa do Brasil garantir o desenvolvimento nacional.

b) Não são fundamentos do Estado Democrático de Direito os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

c) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

d) A República Federativa do Brasil rege-se, nas suas relações internacionais, pelos princípios: independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos, além de outros.

9. A garantia do direito à vida está elencada no rol exemplificativo dos direitos e garantias fundamentais presentes na Constituição Federal de 1988. Ela não se limita apenas à garantia da existência física do indivíduo. Assinale a alternativa correta sobre o direito à vida e suas implicações.

a) A possibilidade de o Estado determinar a aplicação da pena de morte em casos de crimes hediondos.

b) A proteção contra práticas que possam humilhar física e psicologicamente o indivíduo, como coação e tortura.

c) A exclusão de medidas de segurança e políticas públicas voltadas para a saúde e bem-estar da população.

d) O direito exclusivo dos brasileiros, excluindo os estrangeiros residentes no país, à inviolabilidade da vida.

10. No que diz respeito aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

a) Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras pelo tempo que a lei fixar ou até seu falecimento, porquanto tal direito é intransmissível aos herdeiros.

b) Perderá a nacionalidade brasileira o nacional que adquirir outra nacionalidade, salvo em caso de imposição, pela norma estrangeira, de naturalização ao brasileiro residente em Estado estrangeiro como condição para a permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

c) A casa é asilo inviolável do indivíduo, de modo que ninguém nela pode penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, para prestar socorro ou por determinação judicial, e, em qualquer dessas hipóteses, o ingresso só poderá ser feito durante o dia.

d) Em caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

11. Na vigente Constituição Federal possui em seu teor dispositivos que não podem ser abolidos – são as chamadas cláusulas pétreas, dispostas no 4º§ do Art. 60 desta normativa. Considerando o exposto, NÃO é cláusula pétrea a pode ser matéria de emenda que tente a abolir:

a) Forma de governo.

b) A separação dos Poderes.

c) A forma federativa do Estado.

d) O voto direto, secreto, universal e periódico.

12. A discriminação e o preconceito praticados, direta ou indiretamente, contra indivíduos ou grupos por conta da sua etnia ou cor da pele é um dos principais problemas sociais enfrentados no Brasil, tendo como consequências diretas a exclusão, desigualdade social e violência.

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, tais práticas podem configurar crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei, conhecido como:

a) racismo.

b) calúnia.

c) ofensa.

d) assédio.

13. Assinale assertiva correta que de acordo com Art. 5º da Constituição Federal/1988, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade nos seguintes termos:

a) A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

b) A manifestação do pensamento é livre, sendo admitido o anonimato.

c) A expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação é livre, desde que obtenha a licença pública.

d) Ninguém poderá ser compelido a associar-se, sendo, porém, compulsória a associação ao sindicato da categoria profissional a que pertença.

14. Os chamados remédios constitucionais são instrumentos ou ferramentas jurídicas, previstos na Constituição Federal com a finalidade de impedir ou evitar ilegalidades ou abuso de poder. São os remédios constitucionais, EXCETO:

a) Habeas Corpus;

b) Mandado de Segurança;

c) Mandado de Injunção;

d) Habeas Popular.

15. De acordo com o texto da Constituição Federal, é INCORRETO afirmar que:

a) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

b) Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

- c) A propriedade atenderá a sua função social;
- d) Homens e mulheres são desiguais em direitos e obrigações.

DIREITO CIVIL

16. Endrick, de 20 anos de idade, nasceu com uma deficiência física que causa cegueira. Ele está cursando Medicina e faz estágio em uma clínica médica. Desse modo, Endrick é:

- a) Capaz, mas poderá valer-se da figura de apoiadores para lhe auxiliarem na prática dos atos da vida civil;
- b) Capaz, mas a lei obriga a presença de pelo menos dois apoiadores para que seus atos negociais tenham validade.
- c) É relativamente incapaz e deve ser submetido ao regime da curatela.
- d) É absolutamente incapaz para exercer os atos da vida civil.

17. Joana é filha de Fábio, que não trabalha nem recebe qualquer renda. Em execução de alimentos, depois de anos tentando forçar Fábio ao pagamento da pensão, pretende redirecionar a cobrança a seus avós paternos.

Nesse caso, é correto afirmar que a pretensão deve ser:

- a) rechaçada, porque o ordenamento brasileiro não contempla os alimentos avoengos;
- b) acolhida, cabendo aos avós paternos obrigação solidária e no mesmo valor imposto a Fábio;
- c) acolhida, com a ressalva de que cabe aos avós paternos obrigação subsidiária e complementar;
- d) acolhida, com a ressalva de que cabe aos avós paternos obrigação subsidiária e no mesmo valor imposto a Fábio (integral).

18. Segundo o disposto no Código Civil, as organizações religiosas têm natureza jurídica de:

- a) pessoa jurídica de direito público interno.
- b) pessoa jurídica de direito público externo..
- c) pessoa jurídica de direito privado.
- d) associação pública

19. Segundo o Código Civil, os direitos da personalidade:

- a) Asseguram proteção ao prenome, mas não ao sobrenome.
- b) São extintos com a morte da pessoa natural.
- c) São intransmissíveis e irrenunciáveis, com exceção dos casos previstos em lei.

- d) vedam, em qualquer caso, atos de disposição do próprio corpo.

20. A respeito do tema “domicílio”, assinale a alternativa correta. Dispõe o Código Civil que:

- a) o domicílio do incapaz é aquele designado pelo Juizado da Infância e da Juventude.
- b) o domicílio do servidor público é o lugar em que exercer temporariamente suas funções.
- c) nos contratos escritos, não poderão os contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes.
- d) possuem domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.

21. Estevão casou-se com Julieth pelo regime legal de bens. Posteriormente um dos cônjuges postulou a mudança desse regime para outro mais proveitoso. Não havendo convenção sobre os bens, o regime a vigorar será o da:

- a) separação total.
- b) comunhão mista.
- c) comunhão parcial .
- d) participação anterior.

22. A pensão por morte é um benefício previdenciário pago pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) aos dependentes de um trabalhador que morreu ou que teve morte declarada pela Justiça, como nos casos de desaparecimento. Quem vive em união estável também tem direito ao recebimento da pensão por morte. A companheira ou companheiro que vivam em união estável possuem direito à pensão por morte deixada pelo(a) falecido(a); esse direito está previsto na Lei nº 8.213/91. (Jornal Contábil.)

De acordo com o Art. 1.723 do Código Civil, é reconhecida como entidade familiar a união estável entre homem e mulher ressaltando os seguintes requisitos, EXCETO:

- a) Convivência com o intuito de constituir uma família;
- b) Relacionamentos com constantes interrupções – “idas e vindas”;
- c) Convivência pública sendo a relação de conhecimento de amigos, familiares e/ou comunidade;
- d) Convivência duradoura; embora não haja uma determinação sobre o tempo mínimo, é necessário que esse tempo seja estável.

23. No direito de família, os alimentos:

- a) não são devidos aos filhos havidos fora do casamento;

- b) podem ser renunciados pela criança em relação ao pai, quando representada por sua genitora.
- c) não podem ser fixados em favor dos pais contra os filhos, em razão do princípio da hereditariedade.
- d) poderão ser cobrados dos avós da criança, caso o genitor ou a genitora não estejam em condições de pagar alimentos.

24. Rony, pai de Gabriel Barbosa, compareceu na Defensoria Pública do Amapá relatando que seu filho completou 18 anos, motivo pelo qual não pretendia mais pagar alimentos. Nesse caso, o cancelamento da pensão alimentícia:

- a) é automático, desde que o filho não esteja estudando em curso de nível superior;
- b) é automático, em razão da extinção do poder familiar;
- c) está condicionado à decisão judicial, mediante contraditório, não subsistindo a avaliação da necessidade com fundamento nas relações de parentesco;
- d) está condicionado à decisão judicial, mediante contraditório, tendo em vista que a obrigação alimentar não se extingue de forma automática.

25. Joaquina é viúva e não teve filhos. Idosa, necessita de ajuda para o seu sustento, pois a sua minguada aposentadoria não lhe permite pagar o aluguel, a alimentação e os remédios de que necessita para sobreviver. Seus únicos parentes vivos são uma sobrinha, um irmão, duas primas, um tio e duas tias.

Diante disso, Joaquina pode requerer alimentos:

- a) às duas primas;
- b) ao irmão;
- c) ao tio e às duas tias;
- d) a todos eles.

26. É correto afirmar que o direito à prestação de alimentos entre pais e filhos:

- a) é recíproco, mas não é extensivo aos demais ascendentes;
- b) é recíproco e extensivo aos demais ascendentes;
- c) inexistente no direito brasileiro;
- d) não é recíproco, mas é extensivo aos demais ascendentes.

27. Com base no Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa correta em relação ao Usufruto e da Administração dos Bens de Filhos Menores:

- a) Sempre que no exercício do poder familiar colidir o interesse dos pais com o do filho, a requerimento deste ou do Ministério Público o juiz lhe dará curador especial;

- b) Os pais devem decidir em comum as questões relativas aos filhos e a seus bens; e mesmo havendo divergência, não poderão recorrer ao juiz para a solução necessária;

- c) O pai e a mãe, enquanto no exercício do poder família não têm a administração dos bens dos filhos menores sob sua autoridade.

- d) O pai e a mãe, enquanto no exercício do poder familiar nunca serão usufrutuários dos bens dos filhos.

28. De acordo com o Código Civil, a posse pode ser classificada em justa:

- a) quando duas ou mais pessoas possuem coisa indivisa;
- b) se não for violenta, clandestina ou precária;
- c) quando decorrente de ocupação de prédios públicos;
- d) somente quando tiver justo título.

29. Bruno Henrique, empregado de Rafael, conserva em nome deste, e em cumprimento das suas instruções, a posse de imóvel de propriedade do segundo. Nesse caso, de acordo com o Código Civil, Bruno Henrique é considerado, em relação ao imóvel,

- a) mero detentor.
- b) possuidor precário.
- c) possuidor indireto.
- d) proprietário fiduciário.

30. Considere que Gomes tem a posse de área urbana com 250 m², por cinco anos ininterruptos, com *animus domini*, utilizando-a para moradia própria, sendo certo que não é proprietário de outro imóvel no período aquisitivo. Pretende agora regularizar a documentação da área, tornando-se proprietário do bem via ação de usucapião.

Nesse caso, qual é a modalidade de usucapião a ser invocada por Gomes?

- a) Usucapião especial urbana;
- b) Usucapião por abandono de lar;
- c) Usucapião urbana coletiva;
- d) Usucapião especial rural.

PROCESSO CIVIL

31. As condições da ação são requisitos mínimos para que se possa obter, por intermédio do meio processual adequado, a regular instauração do processo e a efetiva entrega da prestação jurisdicional requerida. Para postular em juízo é necessário:

- a) Haver interesse de agir;
- b) Ser investido para exercer a jurisdição.
- c) Apresentar pedido possível de ser atendido juridicamente.
- d) A realização de audiência de mediação prévia ao ingresso da ação judicial.

32. Tendo em vista os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como concebidos no direito pátrio, é correto afirmar que o (a):

- a) juiz deve ser parcial;
- b) parte maior de 21 anos de idade detém capacidade postulatória.
- c) citação do réu é um dos pressupostos processuais.
- d) advogado não tem capacidade postulatória.

33. É obrigação de todos os sujeitos processuais agirem em cooperação entre si e com o julgador, o que:

- a) revela o conteúdo jurídico do princípio da razoável duração do processo;
- b) permite não cumprir decisões judiciais que lhes são desfavoráveis;
- c) corrobora o dever de expor os fatos em juízo conforme a verdade;
- d) garante a interposição de recursos, inclusive de intuito manifestamente protelatório.

34. O princípio do juiz natural garante que:

- a) o juiz não possa determinar de ofício a produção de prova.
- b) o juiz deva avaliar a prova dos autos segundo sua convicção pessoal, desde que de forma fundamentada.
- c) a fixação do órgão jurisdicional competente para o julgamento de determinada demanda se dê a partir de regras objetivas previamente estabelecidas.
- d) o juiz deva zelar pela igualdade das partes no processo, tomando as providências necessárias para suprir vulnerabilidades processuais.

35. Acerca dos poderes, dos deveres e da responsabilidade do juiz, assinale a alternativa correta.

- a) É vedado ao juiz dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova;
- b) O juiz não se exime de decidir sob a alegação de lacuna ou obscuridade do ordenamento jurídico.
- c) O juiz decidirá por equidade sempre que a lei não apresentar uma solução justa para o caso concreto.

d) O juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes, salvo quando considerar que o pedido veiculado é excessivamente restrito ou demasiadamente amplo.

36. Em ação proposta contra pessoa incapaz cujos interesses colidirem com os dos seus representantes legais, o juiz deverá, enquanto durar a incapacidade:

- a) nomear ao incapaz um curador especial;
- b) determinar ao Ministério Público que assumira a representação do incapaz;
- c) determinar aos representantes legais do incapaz a indicação de terceiro idôneo para representá-lo;
- d) nomear um supervisor judicial para monitorar a conduta dos representantes do incapaz.

37. De acordo com o Código de Processo Civil, a ação em que o incapaz for réu será proposta

- a) no foro de domicílio de seu representante ou assistente;
- b) no foro de sua residência;
- c) em qualquer foro localizado no território nacional desde que não lhe cause prejuízo;
- d) no foro de residência somente do pai.

38. Observando o que dispõe o Código de Processo Civil acerca da incompetência, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A incompetência relativa pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício;
- b) Caso a alegação de incompetência seja acolhida, os autos serão remetidos ao juízo competente;
- c) Salvo decisão judicial em sentido contrário, conservar-se-ão os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente;
- d) A incompetência relativa pode ser alegada pelo ministério público nas causas em que atuar.

39. De acordo com as regras de competência previstas no Código de Processo Civil, para as ações fundadas em direito de propriedade sobre imóveis, é competente o foro de:

- a) eleição.
- b) domicílio do autor.
- c) situação da coisa.
- d) domicílio do réu.

40. Luan ajuizou três demandas, por meio da Defensoria Pública, em face de um Município. O Procurador Municipal verificou que havia identidade quanto às partes e à causa de

pedir, mas o pedido de uma demanda, por ser mais amplo, abrange o das demais. Verifica-se, nesse caso, o instituto da:

- a) Conexão.
- b) Preclusão.
- c) Sucumbência.
- d) continência.

PENAL

41. O indivíduo autuado em flagrante pela prática de um crime não poderá ser considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, em razão do princípio:

- a) da legalidade estrita;
- b) da presunção de inocência.
- c) da ampla defesa.
- d) da anterioridade penal.

42. Indique a alternativa que descreve o princípio do direito penal que impede a uniformização das penas e defende a adaptação da punição com base na personalidade do infrator e nos métodos de execução do crime:

- a) princípio da adequação social e significância;
- b) princípio da individualização da pena;
- c) princípio da culpabilidade;
- d) princípio da proteção do bem jurídico.

43. Quanto ao princípio da intervenção mínima no direito penal, assinale a alternativa correta.

- a) É vedado ao direito penal ocupar-se de temas que já foram regulados por outros ramos do direito.
- b) O princípio da intervenção mínima não tem aplicação no direito brasileiro.
- c) O princípio da intervenção mínima estabelece que somente haverá crime se a vítima manifestar a intenção de que o autor do ilícito seja apenado.
- d) O direito penal deve interferir o menos possível na vida em sociedade, devendo ser solicitado somente quando os demais ramos do direito, comprovadamente, não forem capazes de proteger os bens considerados como da maior importância.

44. Com relação à aplicação da lei penal, assinale a alternativa correta:

- a) Não há crime sem lei anterior que o defina, mas a pena independe de prévia cominação legal.

b) Não há crime sem lei anterior que o defina e não há pena sem prévia cominação legal.

c) Não há crime sem lei anterior que o defina, mas a pena pode ser criada pelo juiz competente, de acordo com as particularidades do caso.

d) Os crimes podem ser estabelecidos pelo juiz de acordo com os princípios estabelecidos nos tratados de direitos humanos e a pena independe de prévia cominação legal.

45. Considere as regras básicas aplicáveis ao Direito Penal e ao Direito Processual Penal para assinalar a alternativa correta sobre as espécies de infração penal.

- a) Crime e contravenção penal são sinônimos;
- b) No caso de contravenção penal, admitem-se penas de reclusão e detenção, enquanto que, para os crimes, admite-se prisão simples.
- c) No caso de crime, admitem-se penas de reclusão e detenção, enquanto que, para as contravenções penais, admite-se prisão simples.
- d) No caso de contravenção penal, admite-se pena de reclusão, enquanto que, para os crimes, admite-se detenção.

46. Não há crime sem:

- a) dolo
- b) resultado naturalístico.
- c) imprudência.
- d) conduta.

47. Sobre o crime conhecido como latrocínio, pode-se afirmar que é

- a) crime dentre as espécies de furto qualificado;
- b) crime contra a Administração Pública;
- c) crime praticado apenas por funcionário público;
- d) crime contra o patrimônio.

48. Virgulino subtraiu um toca-fitas e vendeu o referido aparelho para Sabá. Sabá não sabia que se tratava de produto de furto, interessou-se pelo negócio porque o preço do rádio correspondia a 10% do valor de mercado. Nesse caso, Sabá cometeu crime de :

- a) estelionato;
- b) receptação dolosa;
- c) receptação culposa;
- d) furto.

49. Ao perceber que a vizinha Mariazinha esquecera a porta de sua casa aberta, Raimundinha adentrou o imóvel, de lá subtraindo inúmeros objetos de valor. Sobre a tipificação a ser dada à conduta de Raimundinha, podemos afirmar que se trata de:

- a) furto.
- b) roubo próprio.
- c) apropriação indébita.
- d) violação de domicílio.

50. Sobre os crimes hediondos, é correto afirmar::

- a) O réu condenado pela prática de crime hediondo não poderá recorrer em liberdade;
- b) A pena por crime considerado hediondo será cumprida em regime integralmente fechado;
- c) O crime hediondo praticado sem violência ou grave ameaça admite a concessão de liberdade provisória mediante fiança.;
- d) A prisão temporária em decorrência da prática de crime hediondo terá prazo de trinta dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

51. De acordo com a Lei n. 8.072/1990, considera-se hediondo o crime de:

- a) estupro de vulnerável;
- b) dano qualificado;
- c) furto de coisa comum;
- d) estelionato.

52. Um adulto jovem, 19 anos e do sexo masculino, tem relação sexual, com conjunção carnal, com uma menor de 13 anos de idade com o consentimento da menor. Considerando o exposto, o jovem praticou:

- a) Ato lícito.
- b) Atentado violento ao pudor.
- c) Sedução de menor.
- d) Estupro

53. De acordo com as disposições do Código Penal, assinale a alternativa que apresenta incorretamente uma hipótese de extinção da punibilidade:

- a) Anistia, graça ou indulto;
- b) Retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso;
- c) Doença grave do agente;
- d) Prescrição, decadência ou preempção.

54. Pode excluir a imputabilidade penal.

- a) a paixão;
- b) a embriaguez acidental causada por substância análoga ao álcool.
- c) a emoção;
- d) a embriaguez voluntária causada pelo álcool.

55. Preencha a lacuna e assinale a alternativa correta.

É _____ o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

- a) justificável.
- b) semi-imputável.
- c) atípico.
- d) isento de pena.

PROCESSO PENAL

56. A ação penal pública possui características e princípios próprios. Sobre o assunto, assinale a alternativa que apresente corretamente um princípio das ações penais públicas.

- a) Princípio da oportunidade;
- b) Princípio da oficialidade;
- c) Princípio da conveniência;
- d) Princípio da disponibilidade.

57. Em relação aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta:

- a) Em regra, mesmo o civilmente identificado deverá ser submetido a identificação criminal;
- b) Em razão das condições precárias do sistema prisional brasileiro, não é consentido às presidiárias permanecer com seus filhos no período de amamentação;
- c) Ninguém será considerado culpado até a confirmação da decisão condenatória em segunda instância;
- d) O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

58. O detento Chiquinho foi processado e julgado criminalmente sob a alegação de ter causado dano ao patrimônio público. Durante o curso do processo, o promotor de justiça juntou aos autos prova documental da qual o juiz

criminal não deu ciência à defesa antes da prolação da sentença. Nesse caso, o princípio violado foi:

- a) do juiz natural.
- b) do direito de permanecer em silêncio.
- c) da presunção de não culpabilidade.
- d) do contraditório.

59. O inquérito policial é um procedimento administrativo, presidido pela autoridade policial, com o objetivo de colher elementos de informação quanto à autoria e a materialidade da infração penal. Acerca das características do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- a) Oral.
- b) Público.
- c) Inquisitório.
- d) Indispensável.

60. A respeito do valor probatório do inquérito policial, assinale a opção correta.

- a) As provas orais colhidas exclusivamente na fase policial são capazes de justificar o provimento condenatório.
- b) Todas as provas colhidas na fase policial possuem o mesmo valor probatório daquelas colhidas na fase processual, e são suficientes para justificar o provimento condenatório.
- c) As provas colhidas na fase policial possuem valor relativo, tendo em vista que não se submetem ao contraditório, à ampla defesa e não são colhidas pela autoridade judicial.
- d) A valoração do inquérito policial fica a critério do juiz sentenciante, que, de acordo com as circunstâncias apresentadas em cada caso, poderá condenar o acusado com base em provas colhidas exclusivamente na fase policial.

61. Sobre o acordo de não persecução penal, é correto afirmar que:

- a) pode ser celebrado mesmo sendo caso de arquivamento do inquérito policial. .
- b) pode ser proposto pelo juiz.
- c) exige a confissão do investigado.
- d) é cabível nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica.

62. A ação penal pública incondicionada é de promoção privativa:

- a) Da Administração Pública;
- b) Da vítima;

- c) Da Defensoria Pública;
- d) Do Ministério Público.

63. Nos termos do Direito Processual Penal, dar-se-á prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva:

- a) violência contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência.
- b) violência contra altos ocupantes de cargos e funções públicas..
- c) violência contra agentes políticos.
- d) violência contra pessoas que não possuem recursos financeiros.

64. Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

- a) ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.
- b) a lei penal retroagirá sempre que a lei assim o permitir.
- c) Em nenhuma hipótese é admitida ação privada para crimes de ação pública.
- d) a prática do bullying constitui crime inafiançável e imprescritível.

65. Complete a lacuna na frase a seguir e assinale a alternativa correta.

A prisão _____ pode ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

- a) preventiva.
- b) temporária.
- c) penal.
- d) Administrativa.

DIREITO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

66. O acolhimento institucional e o acolhimento familiar, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Nº 8069/1990, são medidas provisórias e excepcionais, utilizadas como forma de transição para a:

- a) Reintegração familiar.
- b) Privação de liberdade.
- c) Suspensão do poder familiar.
- d) inclusão no processo judicial.

67. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, NÃO se configura um dos direitos fundamentais da Criança e do Adolescente:

- a) Direito à Vida e a Saúde.
- b) Direito à Liberdade Assistida.
- c) Direito à Convivência Familiar e Comunitária.
- d) Direito à Liberdade, ao Respeito e a Dignidade.

68. A respeito da notificação de situações de violência a órgãos competentes, e com base no Art. 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente, qual órgão deve ser obrigatoriamente comunicado nos casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, tratamento cruel ou degradante e maus-tratos contra criança ou adolescente?

- a) Polícia Civil.
- b) Ministério Público.
- c) Secretaria de Saúde..
- d) Conselho Tutelar.

69. O direito à liberdade, previsto no Art. 16 do Estatuto da Criança e do Adolescente, NÃO compreende:

- a) Buscar refúgio, auxílio e orientação.
- b) Subsidiar e organizar legendas político-partidárias.
- c) Participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação.
- d) Opinião e expressão.

70. No que concerne aos direitos individuais dos adolescente, segundo a Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O adolescente tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão, devendo ser informado acerca de seus direitos.
- b) Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.
- c) O adolescente civilmente identificado não será submetido a identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, nem mesmo para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada.
- d) A apreensão de qualquer adolescente e o local onde se encontra recolhido serão incontinenti comunicados à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.

PRINCÍPIOS E ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

71. Considerando a Lei Complementar nº 80/1994. Quais são os princípios basilares que norteiam a atuação da Defensoria Pública?

- a) Ampla atuação, independência funcional, inamovibilidade e gratuidade.
- b) Unidade institucional, independência funcional, inamovibilidade e celeridade.
- c) Ampla atuação, independência funcional, impessoalidade e gratuidade.
- d) Unidade institucional, a indivisibilidade e independência funcional.

72. Com relação aos objetivos da Defensoria Pública contido na Lei Complementar nº 80/1994. Assinale a assertiva INCORRETA:

- a) A defensoria tem por objetivo a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais;
- b) A defensoria tem por objetivo a afirmação do Estado Democrático de Direito;
- c) A defensoria tem por objetivo a prevalência e efetividade dos direitos humanos.
- d) A defensoria tem por objetivo a fiscalização da lei.

73. Preencha a lacuna e assinale a alternativa correta, a luz da Lei Complementar 80/1994.

“São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras: exercer, mediante o recebimento dos autos com vista, a ampla defesa e o contraditório em favor de pessoas _____, em processos _____, perante todos os órgãos e em todas as instâncias, ordinárias ou extraordinárias, utilizando todas as medidas capazes de propiciar a adequada e efetiva defesa de seus interesses”.

- a) naturais e jurídicas; administrativos e judiciais.
- b) naturais; judiciais.
- c) naturais; administrativos e judiciais.
- d) naturais e jurídicas; judiciais.

74. São direitos dos assistidos da Defensoria Pública. Conforme a Lei Complementar 80/1994:

- a) o patrocínio de seus direitos e interesses por quaisquer Defensores Públicos, independentemente se é o Defensor Público é natural ou não do núcleo.
- b) o direito de ter sua pretensão revista no caso de recusa de atuação pelo Defensor Público.

- c) a tramitação de processos e procedimentos para defesa de seus interesses buscando apenas a eficiência do ato.
- d) Ser atendido em qualquer localidade, dia e horário pelo Defensor Público.

75. Preencha a lacuna e assinale a alternativa correta, a luz do art. 134, da Constituição Federal.

“Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal . (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)

§ 2º Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas _____ e _____ e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º”.

- a) a vinculação como Secretária de Estado; administrativa.
- b) autonomia funcional; administrativa.
- c) autonomia funcional; judicial.
- d) a vinculação como Secretária de Estado; judicial.

76. Não é uma função institucional da Defensoria Pública, conforme previsão da Lei Complementar nº 80, de 1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências:

- a) Promover a ação penal pública.
- b) Prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, em todos os graus.
- c) Representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos.
- d) Patrocinar ação penal privada.

77. João foi o preso em flagrante em razão da prática de crime contra o patrimônio. Nesse caso, à luz da sistemática estabelecida na Lei Complementar federal nº 80/1994, é correto afirmar que o delegado de polícia:

- a) deve comunicar à Defensoria Pública, em até 48 horas, a prisão de João, caso este último o solicite;
- b) deve comunicar imediatamente à Defensoria Pública a prisão de João, caso este último não constitua advogado;
- c) deve comunicar à Defensoria Pública, em até 48 horas, a prisão de João, quer constitua advogado, quer não;

- d) pode comunicar à Defensoria Pública a prisão de João, ainda que este último não formule requerimento nesse sentido, caso constate a sua hipossuficiência;

78. A independência funcional na Defensoria Pública assegura que:

- a) a Instituição possa celebrar seus próprios contratos, sem a necessidade de intervenção do Poder Executivo.
- b) o Defensor Público recuse a atuação quando entender que a demanda é inadequada aos interesses do assistido.
- c) o Defensor Público não tenha que justificar sua atuação a nenhum outro órgão.
- d) a Instituição não está sujeita à fiscalização ou intervenção de nenhum dos Poderes estatais.

79. Em conformidade com a Lei Complementar nº 80/1994, a Defensoria Pública no Brasil abrange a Defensoria Pública:

- a) Federal, as Defensorias Públicas dos Estados e as Defensorias Públicas dos Municípios.
- b) da União, a Defensoria Pública do Distrito Federal e as Defensorias Públicas dos Municípios. .
- c) da União, a Defensoria Pública Militar, a Defensoria Pública do Distrito Federal e as Defensorias Públicas dos Estados.
- d) da União, a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios e as Defensorias Públicas dos Estados.

80. São funções institucionais da Defensoria Pública, EXCETO:

- a) patrocinar a ação penal privada e a subsidiária da pública;
- b) representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos;
- c) promover, subsidiariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos.;
- d) exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa com deficiência, da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado.